

Apresentação do dossiê

Participação política e movimentos sociais no Brasil contemporâneo

Camila Gonçalves De Mario¹

Thiago Aparecido Trindade²

Francisco Mata Machado Tavares³

O debate acadêmico sobre as formas de participação política transcendentais ao âmbito eleitoral no Brasil experimentou uma eclética e consistente trajetória nos últimos quarenta anos. Há ensaios, interpretações, levantamentos exploratórios, análises, polêmicas e sínteses em dimensão digna de permitir abalizadas compreensões sobre elementos culturais, econômicos e político-institucionais da sociedade brasileira sob o prisma dos episódios, eventos, processos e repertórios de ação coletiva e de engajamento político cujo motor principal não se atém à dinâmica dos partidos e das eleições. Sob os riscos e incompletudes inerentes às classificações de ordem cronológica, é possível identificar-se, neste caminho, três grandes momentos.

¹ Professora assistente do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política - IUPERJ/UCAM, membro do NEPPs – Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – UNESP/Franca. Pós doutoranda na Escola de Ciência Política - CCPJ – UNIRIO. E-mail: camilagdemario@gmail.com

² Professor adjunto do IPOL/UnB, membro do Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodê). E-mail: th.trindade83@gmail.com

³ Professor da Universidade Federal de Goiás- UFG. Email: franciscotavares@ufg.br

Primeiramente, dá-se, no alvorecer da Nova República e durante a transição entre a ditadura e o regime instituído a partir da Constituição de 1988, uma sólida e vasta interlocução acadêmica referenciada nos “novos personagens” (SADER, 2001) que ganham a esfera pública brasileira a partir dos anos 70 do Século XX. A dinâmica das organizações de movimentos sociais, dos repertórios adotados em eventos de protestos, do novo sindicalismo e de toda uma efervescente sociedade civil fora abordada sob diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. Hoje, a ciência social brasileira conta com um acervo de estudos históricos, interpretativos, qualitativos e quantitativos que aponta para uma compreensão tão crítica como abrangente do despertar de formas de participação política e de ação coletiva em meio às quais se deu a vitória sobre o regime político autoritário e a transição para uma sociedade em que o binômio democracia / direitos fundamentais tornou-se mais próximo da realidade, ainda que insuficientemente.

Um segundo momento, prevalente nos 90 do século XX, acrescentou, sem suprimir, às abordagens do período antecedente, uma preocupação com as formas não eleitorais de participação da sociedade civil nos processos públicos decisórios. O debate sobre os “novos arranjos participativos” (como orçamentos participativos, conselhos e conferências) conduziu a uma intensa produção, pautada por pesquisas dedicadas a aspectos oscilantes desde a formulação de índices e métricas de adesão aos espaços estatais abertos à participação social (AVRITZER, 2010; AVRITZER, 2009), até formulações teóricas referenciadas em categorias como esfera pública, ação comunicativa e “confluência perversa” (DAGNINO, 2004). As pesquisas sobre a participação política não eleitoral centrada em questões como ciclos de protestos ou na política confrontacional cederam algum terreno, com efeito, para trabalhos referenciados nas formas estatais de engajamento civil na política.

Este período, portanto, corresponde ao momento no qual a agenda de pesquisa sobre participação manteve-se focada essencialmente na dimensão institucional dos processos participativos. Ao realizar um balanço dessa literatura, fica

evidente que uma parte importante dos estudiosos apostou com significativo entusiasmo nas possibilidades de democratização do Estado por meio da ampliação e da consolidação dos experimentos participativos institucionalizados. E nesse contexto, a vitória eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições presidenciais de 2002 fortaleceu ainda mais essa linha interpretativa, uma vez que as oportunidades de inserção institucional para movimentos e organizações de diferentes áreas se ampliaram de maneira considerável (TEIXEIRA, 2013; ABERS, SERAFIM e TATAGIBA, 2014).

Por fim, já é possível identificar, notadamente a partir do ciclo de confronto político ocorrente em 2013, uma tendência à profusão de pesquisas concernentes à política confrontacional transgressiva. Como indicou Emília Podestá (2017) em uma bibliometria dedicada ao campo da Ciência Política, o tema dos protestos e das ações coletivas ocorrentes fora dos espaços estatais experimenta, em periódicos e eventos da área, um período de significativa expansão. É intuitivo afirmar que as “jornadas de junho” exerceram um impacto relevante no campo de estudos sobre a participação, como se os pesquisadores da área tivessem “redescoberto” a importância das ruas para o debate sobre a luta pela democracia. Indiscutivelmente, os acontecimentos daquele ano demonstraram de forma clara que alguns setores relevantes do campo progressista não haviam sido incorporados pela ampla arquitetura participativa criada a partir da Constituição de 1988. Do mesmo modo, junho de 2013 também deixou claro que a hegemonia das ruas não estava assegurada aos grupos tradicionalmente associados à esquerda do espectro político (TATAGIBA, TEIXEIRA e TRINDADE, 2015; AVRITZER, 2016; 2017), o que apontava a necessidade (e o desafio) em ampliar as pesquisas sobre a(s) nova(s) direita(s).

Ademais, o atual momento da agenda de pesquisa sobre participação é também fortemente influenciado pela destituição do PT da Presidência da República em 2016 por meio de um contestado processo de *impeachment*, que implicou em um profundo realinhamento de forças no campo político-institucional. Um dos

impactos mais evidentes desse processo é o fechamento de diversos canais participativos que haviam sido criados e/ou fortalecidos no decorrer do ciclo petista na administração federal. É bastante razoável supor que a combinação desses elementos (junho de 2013, a ruptura democrática de 2016 e o posterior fechamento de vários espaços participativos em nível federal) deverá reacender o debate sobre a dimensão confrontacional da relação Estado e sociedade/movimentos sociais. Em um momento histórico no qual a Nova República parece não resistir e a democracia brasileira experimenta um inequívoco declínio, a fertilização cruzada entre diferentes perspectivas revela-se promissora não apenas na compreensão descritiva, mas na crítica apta às formulações normativas que apontem rotas de saída do cenário presente.

É, portanto, a partir de uma longa e consolidada história que este dossiê chega à comunidade acadêmica. O desafio contemporâneo talvez resida em permitir-se um encontro, senão uma síntese, entre as três grandes fases, que seguiram uma relação de justaposição, antes de reposição entre si, quanto à produção científico-social sobre participação política não eleitoral, de modo a permitir-se um intercâmbio de dados, técnicas e análises entre as conclusões obtidas. O presente dossiê se apresenta como uma tentativa inicial de responder a este desafio. Os artigos aqui publicados expressam a pluralidade teórico-metodológica constitutiva desse campo de estudos, e que parece aprimorar-se continuamente.

No texto de abertura do dossiê, Danielle Soares Pires de Oliveira e Marcelo Kunrath Silva abordam a relação entre movimentos sociais e políticas públicas a partir do caso do movimento cicloativista na cidade de Porto Alegre (RS). Alinhado a uma tendência ainda muito recente no Brasil, o artigo de Pires e Silva propõe uma abordagem que coloca em diálogo o conceito de movimentos sociais enquanto redes heterogêneas e dinâmicas, com a teoria dos múltiplos fluxos de John Kingdon - já consolidada no campo das políticas públicas. A questão orientadora do texto - como as redes heterogêneas constitutivas dos movimentos sociais se alteram na tentativa destes atores em influenciar o processo

de construção das políticas públicas em suas diferentes etapas – procura iluminar um tema que, por longo período, foi ignorado pela literatura sobre participação e movimentos sociais no Brasil. Os achados de pesquisa trazidos por Pires e Silva trazem importantes ganhos analíticos ao debate e abrem caminho para a consolidação de pesquisas na mesma linha.

Na sequência, Kellen Cristina de Abreu e Júlia Moretto Amâncio oferecem outra importante contribuição ao debate sobre participação no Brasil ao abordarem as diferentes formas de interação socioestatal em Lavras, município de pequeno porte situado na região sul de Minas Gerais. Com efeito, os estudos sobre os processos participativos concentraram-se em grandes cidades, o que acabou produzindo uma lacuna importante no debate. Tendo em vista a profunda complexidade socioterritorial do Brasil, o estudo de Abreu e Amâncio demonstra como a análise de municípios de pequeno porte auxilia na compreensão das diferentes formas de interação entre Estado e sociedade na realidade nacional. Profundamente conectadas aos esforços analíticos recentes do campo, as autoras mobilizam a tipologia de Amâncio (2013) para demonstrar a importância de abarcarmos tanto os fenômenos institucionais (participação em conselhos gestores de políticas públicas e interação partidária ou legislativa) como não-institucionais (mobilização direta, associativismo comunitário e constituição de redes de solidariedade no nível local) para uma adequada compreensão da relação entre atores civis e estatais.

O artigo de Larissa Galdino de Magalhães Santos, por sua vez, discute um tema que certamente conquistará cada vez mais espaço no campo de estudos sobre participação: o uso da *internet* como estratégia de comunicação, mediação e articulação políticas por diferentes grupos sociais. Com base no debate teórico sobre a relação entre ativismo online e ação coletiva, articulando autores fundamentais como Sidney Tarrow e Manuel Castells, a autora discute a estrutura de oportunidade política que se abriu para os movimentos sociais a partir de ciclo de protestos de junho de 2013, detendo-se nas “novas táticas e estratégias de manifestações combinadas e inovadoras, dos enquadramentos, da visibilidade

e mudanças no repertório”. Um dos aspectos mais relevantes do debate proposto por Santos é a ambiguidade das novas tecnologias de informação e comunicação para os movimentos contestatórios: se o ambiente virtual é utilizado pelos grupos desafiantes - no caso em questão, o Movimento Passe Livre - para determinados propósitos, ele também é apropriado pelos agentes institucionais que buscam desmobilizar e/ou reprimir esses grupos, com destaque para as próprias forças policiais.

O texto seguinte, de autoria de Diego Matheus de Menezes, se propõe a realizar um balanço crítico sobre dois conceitos fundamentais para o debate sobre a interação entre movimentos sociais e Estado no Brasil: repertórios e permeabilidade do Estado. Em linhas gerais, a literatura sobre participação e movimentos, no contexto pós-1988, operou analiticamente com o pressuposto da permeabilidade estatal aos atores civis em razão da considerável ampliação das oportunidades de inserção institucional nas diferentes áreas de políticas públicas. Nesse cenário, estudiosas/os de grande relevância no campo - que pautaram em larga medida os rumos da agenda de pesquisa - optaram por dar mais ênfase à dimensão “colaborativa” em detrimento da dimensão “conflitiva” do *repertório de interação* (Abers, Serafim e Tatagiba, 2014) entre Estado e sociedade civil/movimentos sociais. Naquele contexto de maior abertura política, fazia todo o sentido enfatizar os vínculos colaborativos entre essas duas esferas, mas o fato é que essa análise desconsiderou que o Estado é muito mais permeável a determinados atores (como os grandes grupos empresariais, por exemplo) do que aos movimentos sociais em geral. Em um momento no qual uma parte da literatura sobre participação tem se pautado por uma perspectiva revisionista, o artigo de Menezes oferece interessantes *insights* para o aprofundamento desse debate.

Completando o bloco de artigos que integra o dossiê, Júlia Silva de Castro analisa a mobilização política dos grupos afetados pela indústria do petróleo e do gás no Espírito Santo, enquadrando sua discussão em uma perspectiva mais ampla, cujo ponto de partida é o debate sobre a ação coletiva contestatória das atividades extrativistas na América Latina. O estudo enfatiza o

papel dos *brokers* nesse processo, aqueles ativistas que se encontram profundamente vinculados a uma densa rede de relações em determinado território, e que simultaneamente atuam “em redes transnacionais em busca de um redimensionamento da condição territorial local em uma luta política que conecta territórios distintos”. A abordagem de Castro confere uma peculiaridade digna de nota ao seu trabalho: enquanto a ampla maioria dos estudos sobre participação no Brasil se pautou pela análise da interação entre movimentos sociais e Estado, a autora trabalha em uma perspectiva que coloca em primeiro plano o confronto entre ativistas e grandes corporações privadas, trazendo o “poder econômico” para o debate teórico e preenchendo outra importante lacuna da literatura nacional nessa área.

Além desses cinco artigos, o presente dossiê ainda oferece à comunidade acadêmica um registro de grande relevância para um balanço do debate sobre participação no Brasil - bem como para uma interpretação singular do delicado momento histórico pelo qual passa nossa democracia. Trata-se de uma entrevista com Evelina Dagnino, estudiosa que se consolidou como uma das principais referências dessa agenda de pesquisa no Brasil e na América Latina, destacando-se principalmente pela sua contribuição a partir das noções de “projeto político” e “confluência perversa”. Realizada por Ana Claudia Teixeira e Thiago Aparecido Trindade, a entrevista abordou pontos importantes na trajetória intelectual da autora como também se propôs a discutir os sentidos de sua produção teórica, o que contribui para uma leitura bastante sofisticada sobre os desafios analíticos que estiveram colocados ao longo destes anos para o campo de pesquisa sobre participação no Brasil. Além dessas questões, Dagnino também oferece sua interpretação a respeito de nossa atual conjuntura política, suas perspectivas para o cenário da mobilização social e os (profundos) desafios que o futuro reserva para todas/os aquelas/es comprometidas/os com a luta por democracia e justiça social no Brasil.

A seção livre é composta por quatro artigos. O primeiro, de autoria de André Campos Rocha, traz uma reflexão sobre a relação entre o trabalho e o tempo livre no capitalismo a partir da

noção de racionalidade do esclarecimento elaborada por Theodor W. Adorno. O autor demonstra como a separação entre trabalho e tempo livre tem como função restabelecer as forças do sujeito para retomar o processo de trabalho. Por fim, analisa o potencial que para Adorno possui a arte para a realização da crítica à sociedade reificada. O artigo seguinte, de autoria de Eugenia Fraga, analisa três textos chave de Horkheimer (“Montaigne y la función del escepticismo”, “La función social de la filosofía”, y Dialéctica de la ilustración) e se propõe a mapear o conceito de compromisso, entendido como fundamental para a teoria crítica. A partir de uma perspectiva marxiana, a autora interpreta o conceito como um posicionamento que se distancia tanto do relativismo como do dogmatismo.

O texto de Alex Manetta e José Eustáquio Diniz Alves discute a validade da análise demográfica para as alterações das condições de vida e da tendência do homicídio para a população jovem masculina nas regiões metropolitanas do Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. Os autores se utilizam do método de análise descritiva-comparativa das tendências das mudanças na estrutura demográfica; nas taxas de desemprego, de ocupação e de inatividade; nas taxas de homicídio e suas inter-relações, para a apresentação dos dados e elaboração de seus argumentos. O quarto artigo da seção livre, de autoria de Alcides Eduardo dos Reis Peron e Tildo Furlan, analisa o pensamento de José Leite Lopes sobre o conceito de desenvolvimento em “Ciência, Tecnologia e Sociedade” desenvolvido pelo físico, atentando para o momento em que as suas observações se aproximam das realizadas pelo PLACTS (Pensamento Latino Americano em Ciência, Tecnologia e Sociedade). Os autores consideram para a sua análise as principais características do PLACTS e a perspectiva de desenvolvimento subordinado e subdesenvolvimento de Celso Furtado.

Na seção Resenha, Mariana Rosell discute o livro *Os miseráveis entram em cena: Brasil, 1950-1970*, de autoria de Marina de Oliveira, que se propôs a investigar o lugar dos oprimidos no teatro brasileiro. Com narrativa objetiva e ao mesmo tempo atenta para os detalhes mais relevantes, Rosell desenvolve um texto capaz de

instigar a leitura da obra analisada e destaca sua importância para esse campo de estudos. Finalizando esta edição, a revista conta também com a tradução de Erick Araujo e Fermin Roland Schramm do artigo “A desteologização da bioética e o nascimento da ética como nova instituição específica”, de autoria de Maurizio Mori - Professor do departamento de Filosofia e Ciência da Educação da Universidade de Turim. O artigo trata a desteologização da bioética como uma das maiores transformações do imaginário social já ocorridas, análoga à ocorrida com o Romantismo. Para o autor, a interdisciplinaridade é seu maior efeito em nível institucional, e a demanda por justificativas racionais é seu efeito em nível metodológico. Enquanto em um nível mais profundo, seu efeito é sobre seu próprio objeto de reflexão: a vida humana, que passa a ser percebida de uma maneira radicalmente nova.

Por fim, agradecemos a todas as pessoas cujo trabalho foi indispensável para a realização da presente edição da *Idéias*: aos autores, aos integrantes do corpo editorial, aos pareceristas, a Igor Santiago Raimundo - produtor editorial do Setor de Publicações do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - e, finalmente, a Gildenir Carolino Santos, responsável pelo gerenciamento do Portal de Periódicos da UNICAMP.

Desejamos uma boa leitura!

Referências

ABERS, R.; SERAFIM, L. TATAGIBA, L. Repertórios de interação Estado-Sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na era Lula. **Dados**, v. 57, n. 2, p. 325-57, 2014.

AVRITZER, L. (org.). **Experiências Nacionais de Participação Social**. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. (org.). **A Dinâmica da Participação Local no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

_____. Participation in democratic Brazil: from popular hegemony and innovation to middle-class protest. **Opinião Pública**, v. 23, n. 1, p. 43-59, 2017.

DAGNINO, E. Construção Democrática, Neoliberalismo e Participação: os dilemas da confluência perversa, **Política e Sociedade**, v. 3, n. 5, p. 139-164, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1983>>. Acesso em: 15 de julho de 2018.

PODESTÁ, E. G. **Junho de 2013: o impacto das ruas na Ciência Política brasileira**. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Goiânia, 2017.

SADER, E. **Quando Novos Personagens Entraram em Cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

TATAGIBA, L.; TRINDADE, T. A.; TEIXEIRA, A. C. C. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In: VELASCO E CRUZ, S.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (orgs.). **Direita, Volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

TEIXEIRA, A. C. C. **Para além do voto: uma narrativa sobre a democracia participativa no Brasil (1975-2010)**. Tese (doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2013.